



JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

1967 - 2012

45 ANOS EM MOVIMENTO



Justiça Federal do RS: 45 anos em movimento

Comissão de organização das ações comemorativas dos 45 anos

Rita Vieira da Rosa
Cristiane Galvan de Souza
Eron Gomes de Oliveira
Magali Zilca de Oliveira Dantas
Marcelo Machado Carlini
Sylvio Portinho Sirangelo
Taís Regina da Silva Chaves
Viviane Falkembach da Silva
Werner Max Bohling

Ficha Técnica

Redação, projeto gráfico, diagramação e revisão

Seção de Comunicação Social e Cerimonial da JFRS (Secos)

Pesquisa de imagens

Núcleo de Documentação da JFRS e Núcleo de Arquivo do TRF da 4ª Região

Fotografias (*autor - página*)

Secos/JFRS, 36/37, 38/39, 40/41, 46/47, 48/49, 54/55, 56/57, 58/59, 60/61, 62/63, 66/67, 68/69, 70/71, 72/73, 74/75, 76/77, 134/135, 136/137, 138/139, 140/141, 142/143, 144/145, 146/147, 148/149, 150/151, 152, 155 e 156 - Marcelo Carlini/JFRS, 46/47 e 54/55 - Diego Beck/TRF4, 153 e 154 - Fotolia Imagens, 50/51, 78/79, 82/83 e 84/85 - Ana Peres, 44/45 - Leko Machado, 90 – Almir Dupont, 92/93 – Nilo Paz, 94 – Ireno Jardim, 96/97 – Prefeitura de Carazinho, 98 – Luiz Chaves, 100/101 – Fernando Baptista, 102 – Rafael Grün, 106/107 – Ronan Dannenberg, 108 – Jonathas Rivero, 112/113 – Ricardo Irigom, 114 – Ataide de Souza, 116 – João Vilnei, 118/119 – Foto Pacheco, 120/121 – Daniel Badra, 122/123 – Fernando Gomes, 124 – Ivete de Carvalho, 128/129 – Alfonso Abraham, 130/131 e 132/133
Demais fotos, acervos históricos JFRS e TRF da 4ª Região

B823j Brasil. Justiça Federal. Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
Justiça Federal do RS : 45 anos em movimento / Seção
Judiciária do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre, 2012.
160 p. : il. ; 28 cm.

1. Justiça Federal. 2. Poder Judiciário. 3. Justiça Federal –
História. I. Título.

CDU 347.993(816.5)

Catálogo elaborado pelo Núcleo de Biblioteca – TRF4

Mensagem da Direção do Foro

Dois mil e doze, ano em que a Justiça Federal completa 45 anos de sua reinstalação no Rio Grande do Sul. Em pouco mais de quatro décadas, presenciamos seu renascimento e crescimento, desde a sua reimplantação na capital do nosso Estado, com todas as dificuldades iniciais inerentes a esse processo.

Acompanhamos sua evolução, com um intenso e pioneiro processo de interiorização, aproximando-a cada vez mais dos cidadãos. Testemunhamos o surgimento dos Juizados Especiais Federais e o fortalecimento da política de solução de conflitos via conciliação, diretivas que confirmam a sua vocação de ser uma Justiça que sempre se preocupou em proporcionar o mais amplo acesso aos jurisdicionados.

Assim, a Justiça Federal chega aos seus 45 anos de reinstalação no Rio Grande do Sul muito mais próxima dos cidadãos e com a cara do novo milênio, com todos os processos novos tramitando em meio eletrônico. Por tais motivos é que decidimos fazer este livro comemorativo, como registro e celebração de momento tão importante na nossa história.



ntura "Proclamação da República", de Benedito Calixto, pintada em 1893



Justiça Federal de Primeiro Grau no Brasil: da criação à expansão

A Justiça Federal do Brasil foi criada em 11 de outubro de 1890 para atuar em todas as causas de interesse direto ou indireto da União. Sua jurisdição restringia-se ao primeiro grau, cabendo ao Supremo Tribunal Federal o exame dos recursos. Em 1937, com a Constituição outorgada pelo presidente Getúlio Vargas, a Justiça Federal de 1º Grau foi extinta e, por um longo período, apenas o Tribunal Federal de Recursos – criado em 1946 – existiu. Foi somente em 1965 que o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro, restituiu a Justiça Federal de 1º Grau.



Cerimônia de posse dos primeiros juízes federais no RS



JUIZES FEDERAIS TOMAM POSSE HOJE EM BRASÍLIA

BRASÍLIA, 8 (CP) — Tomam posse, amanhã, no salão nobre do Tribunal Federal de Recursos, os juizes federais titulares e substitutos do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

A Justiça Federal de 1º Grau foi reinstalada no Rio Grande do Sul em 1967, com a posse de três juizes federais. Em 1968, a Seção Judiciária contava com cinco magistrados. Na foto acima, a partir da esquerda, os juizes Hemillo Gallant, João César Leitão Krieger, Hervandil Fagundes, José Néri da Silveira e José Sperb Sanseverino.

Vinte anos depois, teve início seu processo de interiorização, com a instalação da Vara Federal de Rio Grande, em 16 de maio de 1987.







Solenidade de reinstalação da Justiça Federal no RS, em 1967





Cerimônia de posse dos primeiros juízes federais, em 1967



Cerimônia de instalação da Vara Federal de Rio Grande, primeira unidade da Justiça Federal do RS no interior do estado, em maio de 1987





Cerimônia de instalação da Vara Federal de Rio Grande, em 1987



Posse da direção do Foro da Seção Judiciária do RS, em 1993

Em 1993, foram criadas, no RS, oito varas especializadas: uma criminal, duas de execução fiscal e cinco previdenciárias. A concentração das ações pelo tipo de pedido resultou em maior celeridade e qualidade na prestação jurisdicional.







Solenidade de instalação das varas federais especializadas em Porto Alegre, em 1993



Solenidade de instalação dos Juizados Especiais Federais (JEFs) no RS, em 2002



Os primeiros Juizados Especiais Federais (JEFs) foram instalados em 2002, com o intuito de simplificar e facilitar a tramitação de processos e o acesso ao Judiciário. No mesmo ano, foi instalada a primeira Turma Recursal no RS, para julgar os recursos impetrados contra sentenças proferidas pelos JEFs. Atualmente, esses processos representam cerca de 60% dos processos em tramitação na JFRS.

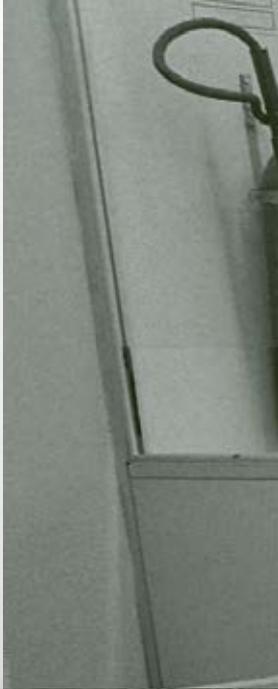






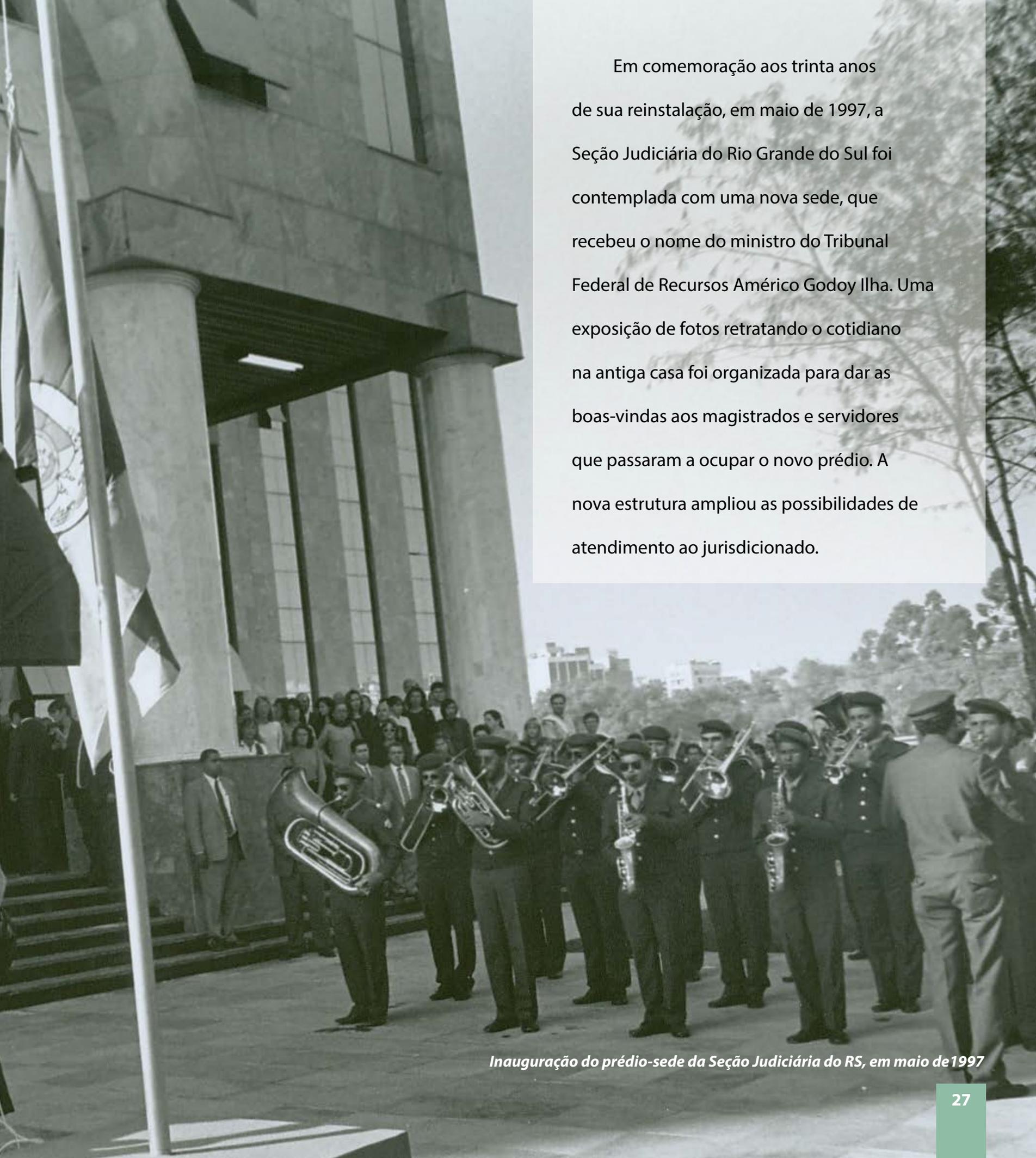
Ampliação da rede de atendimento

No início de suas atividades, a Justiça Federal do RS ocupava apenas duas salas emprestadas no Palacete Santo Meneghetti (foto à esquerda), também conhecido como “Palacinho do Vice-Governador”. Poucos meses depois, a estrutura foi transferida para o Edifício Protetora (pág. seguinte), no centro da capital, onde permaneceu por cerca de três décadas.









Em comemoração aos trinta anos de sua reinstalação, em maio de 1997, a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul foi contemplada com uma nova sede, que recebeu o nome do ministro do Tribunal Federal de Recursos Américo Godoy Ilha. Uma exposição de fotos retratando o cotidiano na antiga casa foi organizada para dar as boas-vindas aos magistrados e servidores que passaram a ocupar o novo prédio. A nova estrutura ampliou as possibilidades de atendimento ao jurisdicionado.

Inauguração do prédio-sede da Seção Judiciária do RS, em maio de 1997





Inauguração do prédio-sede da Seção Judiciária do RS, em maio de 1997

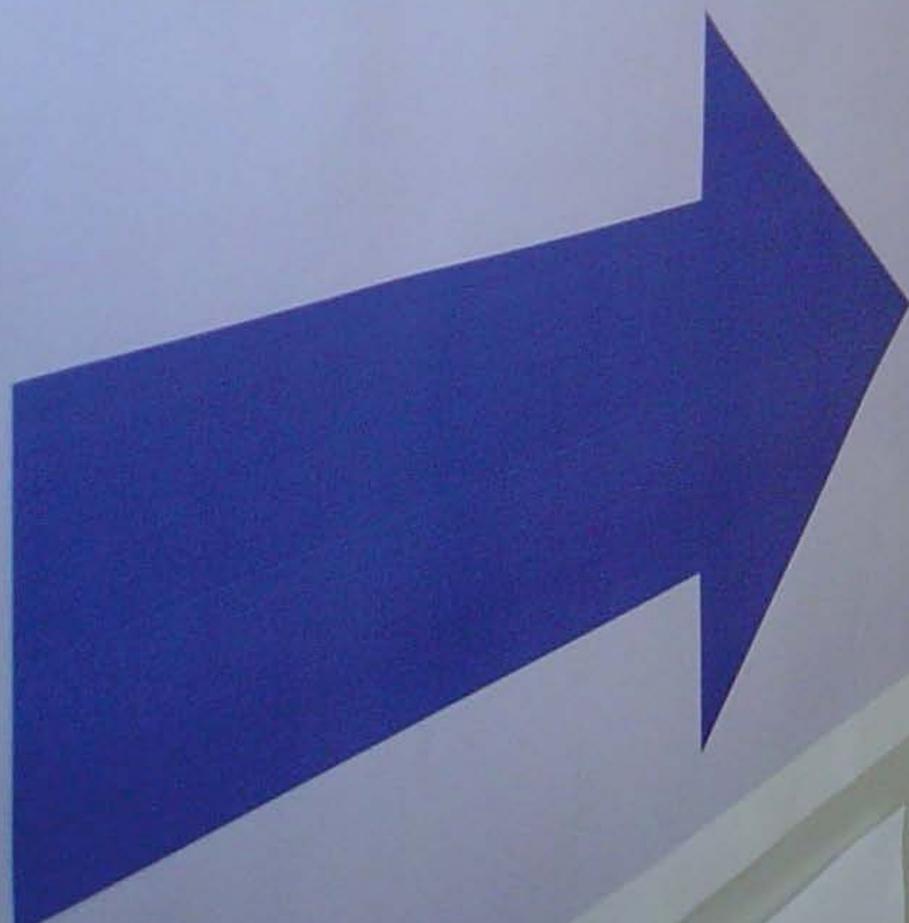


Prédio-sede da Seção Judiciária do RS



CENTRAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Protocolo de Entidades Públicas



Primeiro dia de trabalho na nova Central de Atendimento da JF de Porto Alegre

Em meados de 2006, a inauguração da Central de Atendimento ao Público (CAP), na capital gaúcha, simplificou o atendimento ao jurisdicionado por meio da concentração de serviços como protocolo unificado de petições, informações processuais e assistência judiciária voluntária.





Central de Atendimento ao Público da JF de Porto Alegre





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**INSTALAÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL
AVANÇADO DE ALEGRETE**

11 DE JULHO DE 2012

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Desembargadora Federal MARGA INGERBARTH FESSLER
VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Desembargador Federal LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON
CORRETORE REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL NA 4ª REGIÃO
Desembargador Federal TÁDDEU AQUINO ROSE
DIRETOR DO FÓRUM DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Fco. Federal EDUARDO DONETTO FICARELLI
VICE-DIRETOR DO FÓRUM DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Fco. Federal CILDEIRME PINHO MACHADO
DIRETOR DO FÓRUM DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE URUGUAIANA
Fco. Federal GUILHERME BELTRAMI



Em 2005, foi instalado o primeiro Juizado Especial Federal Avançado (JEFA) do estado. Situado em Santa Vitória do Palmar, foi criado como uma espécie de posto avançado da Vara do Juizado Especial Federal Cível de Rio Grande, reduzindo as distâncias entre os cidadãos da região e o Judiciário federal.

O sucesso do formato levou, em 2010, à criação de um novo JEFA, dessa vez em Ijuí. Dois anos depois, São Borja e Alegrete também foram contemplados com juizados avançados.



Instalação da Unidade Avançada de Atendimento da JF em Montenegro, em dezembro de 2012







Inauguração do Juizado Especial Federal Avançado de São Borja, em maio de 2012



Unidade Avançada de Atendimento de Ijuí, criada em setembro de 2012



Em setembro de 2012, o Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) aprovou a criação da primeira Unidade Avançada de Atendimento (UAA) da Justiça Federal, no município de Ijuí, onde anteriormente funcionava um JEFA. No mesmo ano, outras UAAs foram criadas em Montenegro, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão.

Uma Unidade Avançada é um posto de atendimento que oferece serviços semelhantes aos de uma vara federal, tais como emissão de certidões, realização de perícias, audiências e atermações. No entanto, os processos ajuizados na unidade são processados e julgados por magistrados da subseção mais próxima. Com estrutura simplificada, as UAAs permitem à JF ampliar sua presença sem depender dos trâmites legais necessários à instalação de varas.

JUSTIÇA FEDE



De janeiro de 2010 a dezembro 2012,

- foram criadas 2 novas subseções, 5 novas varas, dois novos Juizados Especiais Federais Avançados (JEFAs) e quatro Unidades de Atendimento Avançadas (UAAs), o que possibilitou à Justiça Federal firmar presença em 29 municípios, ampliar sua capacidade de

trabalho e oportunizar a milhares de pessoas o acesso à Justiça mais perto de casa.

Atualmente são 76 varas, quatro turmas recursais, 23 subseções, 2 JEFAs e quatro UAAs. Compõem a JFRS 152 magistrados, 1.674 servidores e 480 estagiários, entre nível superior, técnico e médio.



Após a solenidade de instalação, em dezembro de 2012, autoridades visitaram a sede da UAA de Jaguarão



Instalação da Subseção Judiciária de Capão da Canoa, em março de 2011







Instalação da segunda Vara Federal de Carazinho, em julho de 2012



10101101101010110

10101101101010110

10101101101010110

10101101101010110



Tecnologia e aperfeiçoamento

No dia 28 de julho de 2003, foi implantada em Rio Grande a primeira versão do sistema de processo eletrônico criado pelo TRF da 4ª Região. Com tramitação totalmente virtual e segura, o sistema dispensa o uso de papel e permite que toda a movimentação do processo ocorra por meio da Internet.

SJRS

- e-Proc
- Assinador Digital de Documentos
- Consulta Processual
- Ferramentas
- Paradas do Sistema
- Petição Inicial

Consulta Processual - Busca de Processo

Nº Processo:

- 5001197-71.2011.404.7209
- 5008099-36.2012.404.7102
- 5003643-37.2012.404.7104
- 5003643-37.2012.404.7104
- 5003712-18.2012.404.7121
- 5002432-24.2012.404.7117

Chave: (somente números)

Consulta simplificada por número do processo:
sem data: 4/5 ou 4-05 (última qualquer ano)
com data: 4/5/10 ou 4/5/2010

Índice da jurídica)

- Pessoa Física
- Pessoa Jurídica

QAB

CPF: (somente números)

Nº Processo Originário / Relacionado

Nº CDA

Nº Administrativo de CDA

A Justiça Federal está se preparando para ingressar numa

NOVA ERA

Até o dia 26 de janeiro de 2010 será concluída a instalação do novo processo eletrônico da

Justiça Federal no Rio Grande do Sul.

A partir desta data, todas as novas ações ingressarão somente por meio eletrônico.

Com esta mudança, ganham a sociedade e o meio ambiente.



Com a implantação da segunda versão do sistema de processo eletrônico no rito ordinário, entre outubro de 2009 e janeiro de 2010, todos os novos processos da SJRS passaram a ser digitais. A automatização e a simplificação de grande parte das atividades antes realizadas nas áreas de distribuição e nas secretarias das varas ampliaram o acesso às informações e possibilitaram a tramitação e o julgamento de processos em tempo ímpar.



Instalação do e-Proc v2 na Subseção de Porto Alegre ocorreu em dezembro de 2009

JUSTIÇA FEDE

ÇÃO JUDICIÁRIA

GRANDE DO S







Curso sobre o sistema e-Proc v2 ministrado para advogados de Carazinho em julho de 2012



Videoconferência : magistrados de toda a 4ª Região participaram de reunião com o coordenador do sistema de conciliação em agosto de 2011



A primeira sessão oficial à distância ocorreu em 4 de agosto de 2003, reunindo juízes federais dos três estados da Região Sul em uma sessão de julgamentos da Turma Regional de Uniformização dos JEFs. O evento inaugurou o sistema de videoconferências na Justiça Federal da 4ª Região. Ainda hoje, esse tipo de tecnologia é bastante utilizada, ampliando a celeridade nos julgamentos e na tramitação processual, a qualificação dos serviços prestados e a economia.

Em 28 de setembro de 2012, a Corregedoria do TRF da 4ª Região publicou o provimento nº 14/2012, que regulamenta a utilização de equipamentos de videoconferência nas audiências realizadas em ações penais. A iniciativa, desenvolvida dentro do Planejamento Estratégico da JFRS, restringiu ao máximo o uso da carta precatória nas varas federais criminais das três capitais da Região Sul e de Foz do Iguaçu, tornando o uso da tecnologia a regra para tomadas de depoimentos de testemunhas e partes em processos que tramitam em outras subseções judiciárias. Em novembro do mesmo ano, o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro João Otávio de Noronha, esteve em Porto Alegre para conhecer pessoalmente a iniciativa e anunciou a adoção do sistema de videoaudiências em todo o Judiciário federal do país.





Em novembro de 2012, uma comissão do CJF conheceu o projeto de audiências por videoconferência desenvolvido pela JFRS



Alegrete JFRS



IEBS POA 11



Audiência por videoconferência realizada pela 1ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre com o JEFA de Alegrete e uma Vara Federal do Rio de Janeiro



Primeiras audiências de conciliação começaram a ser realizadas em Porto Alegre em 2003



Métodos Alternativos de Solução de Conflitos

O Projeto de Conciliação (Projecon) foi criado em 2003 para acelerar e aperfeiçoar a resolução de conflitos. O uso da conciliação, porém, logo foi ampliado e descentralizado, dando origem ao Sistema de Conciliação (Sistcon) que atualmente coordena as ações de conciliação em toda a 4ª Região.



Criado em agosto de 2012, o Sicoprev foi desenvolvido para agilizar a realização de perícias médicas e promover a conciliação entre o INSS e os segurados que buscam a liberação de benefícios previdenciários



Em 2011, teve início a implantação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscons) nas seções judiciárias que compõem a 4ª Região. Até outubro de 2012, haviam sido inauguradas oito unidades no RS, situadas nos municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Santo Ângelo e Carazinho.

Bastante difundido no estado, o uso do método conciliatório tem gerado soluções inovadoras, como os mutirões em ações de desapropriação de áreas para a realização de obras públicas, o Sicoprev e o Fórum de Conciliação Virtual.



Novo espaço do Cejuscon de Porto Alegre, inaugurado em maio de 2012, ocupa uma área de 400 m² e foi especialmente projetado para a atividade da conciliação





JFRS deslocou sua equipe de conciliação para os municípios de Osório e Torres para os mutirões da duplicação da BR 101



A primeira iniciativa relacionada às desapropriações diz respeito às obras de duplicação da BR 101. Em 25 de agosto de 2006, foi realizada, no município gaúcho de Torres, a primeira audiência pública para tratar do tema. Logo no mês seguinte, foi realizada a primeira fase de audiências, que obteve um índice de sucesso de 92%. Ao longo de todo o projeto, foram tratados 1370 processos, resultando em acordos em mais de 90% dos casos.

Os resultados animadores ajudaram a disseminar a prática, que tem sido amplamente utilizada até os dias de hoje.



Justiça Federal de Canoas realizou audiências conciliatórias nas ações de execução fiscal ajuizadas pela Fazenda Nacional contra a ULBRA





Espaço do Sicoprev conta com cinco salas de perícia e área de atendimento para os segurados



A ideia de um Judiciário cada vez mais atuante na pacificação social e na solução eficaz de conflitos está na origem do Sistema de Perícias Médicas e de Conciliações Pré-Processuais das Matérias de Competência das Varas e Juizados Previdenciários (Sicoprev). Lançado oficialmente em agosto de 2012, o Sicoprev foi criado para padronizar e agilizar a tramitação de ações de concessão de benefícios por incapacidade.

A iniciativa prevê a realização das avaliações médicas em salas especialmente projetadas e equipadas para esse fim na própria sede da Justiça Federal em Porto Alegre. O objetivo é que as demandas sejam solucionadas, por meio da conciliação, no prazo médio de 60 dias.

Fórum de Conciliação Virtual : sistema foi desenvolvido para ser utilizado no ambiente do processo eletrônico da 4ª Região, o e-Proc v2

JUSTIÇA FED



SEÇÃO JUDICIÁRIA
RIO GRANDE DO

Regulamento Conc

- O Fórum de Conciliação é uma fase processual entre as próprias partes, sem a necessidade de constituição de advogado.
- Cada réu ou executado somente poderá ser citado para o processo.
- Se o Fórum for criado no prazo de recebimento da carta no domínio eletrônico, o prazo para o deferimento do encerramento é de 15 dias.
- Se o Fórum for criado em outro sistema, o prazo para o deferimento do encerramento é de 30 dias.
- O prazo para o deferimento do encerramento é de 30 dias.
- O prazo para o deferimento do encerramento é de 30 dias.
- O prazo para o deferimento do encerramento é de 30 dias.

o do Fórum de iliação

ferramenta para a composição do
as, sem a intervenção do juízo e
advogado.

e poderá criar um Fórum por

leitor dos contatos de
de direção, não haverá o
casos, em seu

quanto que João Paulo
sua empresa e processo.

as partes, podendo comunicar-se

com o juiz, o juiz, o juiz, o juiz,
e o juiz, o juiz, o juiz, o juiz,

Em evento realizado em novembro de 2012, na capital do estado, a JFRS apresentou uma ferramenta especialmente desenvolvida para a prática de conciliação por meio do sistema de processo eletrônico (e-Proc V2). Com a utilização de um fórum privado, as partes podem negociar os valores devidos e chegar a um acordo sem a necessidade de intermediação ou mesmo de constituição de um defensor.

Inicialmente, a funcionalidade está sendo aplicada a processos de execução fiscal ajuizados pelos conselhos profissionais, execuções extrajudiciais envolvendo a Caixa e os Correios e ações monitórias. Por meio do sistema, o executado poderá encaminhar uma proposta para quitação do débito. Caso seja aceita, a sugestão dará origem a um termo de acordo, que, assinado digitalmente, será instantaneamente anexado ao processo, tudo de forma simples, ágil e eletrônica.



A close-up photograph of a hand moving a dark chess piece on a light-colored board. The hand is positioned on the left side of the frame, with fingers gripping the top of the piece. The piece is a dark, conical shape with a flared top. The background is blurred, showing a white surface and a dark object, possibly a chessboard or a piece of furniture.

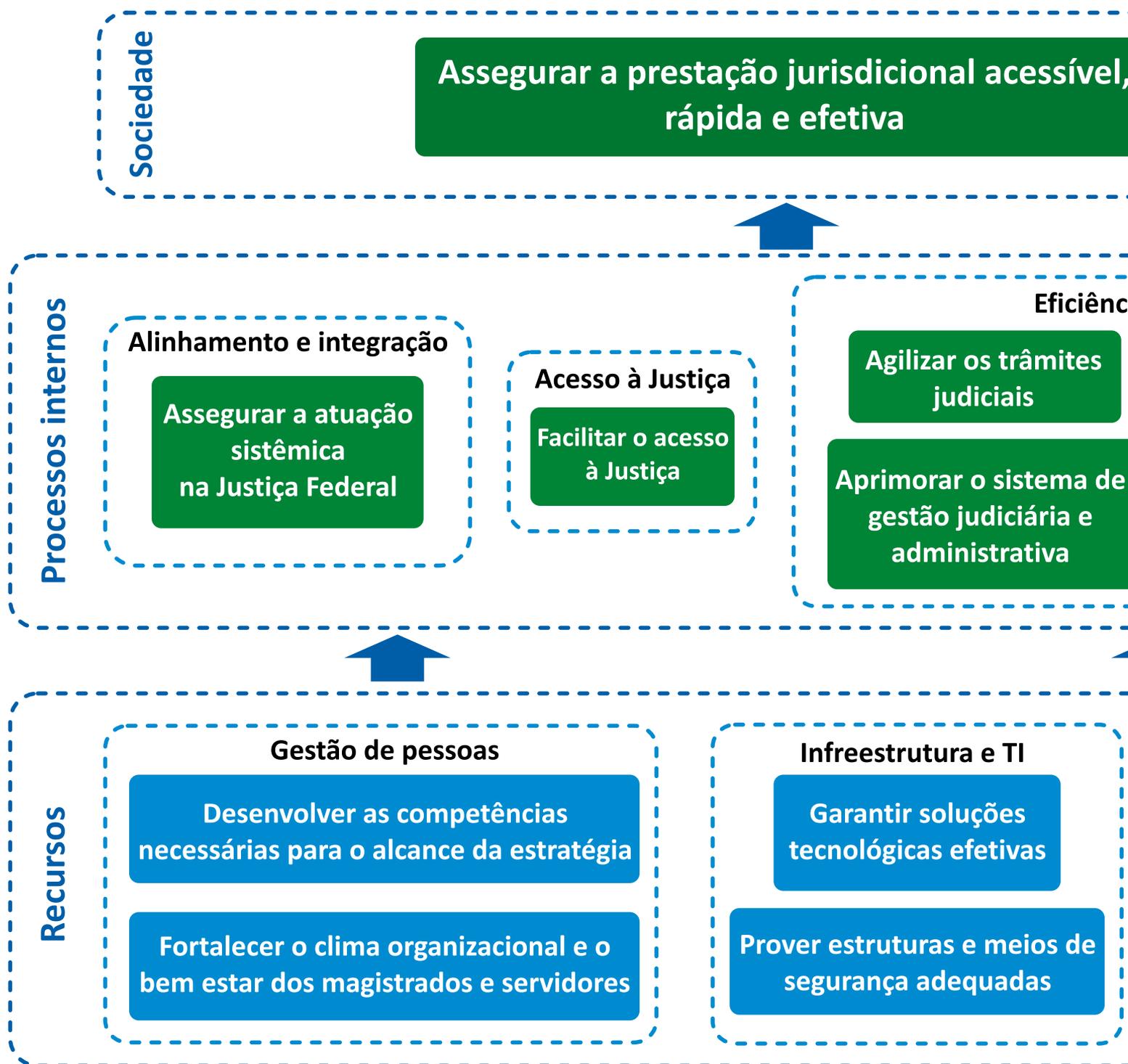
Planejamento Estratégico

A busca permanente por melhorias levou a JFRS a iniciar, em 2005, a elaboração de um Planejamento Estratégico. Foi o primeiro passo para o desdobramento das estratégias da Justiça Federal e a identificação dos maiores desafios a serem superados nos anos seguintes.

Mapa Estratégico da Justiça Federal 201

Missão: Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível

Visão: Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, tra



0 - 2014

vel, rápida e efetiva

nsparência e segurança jurídica

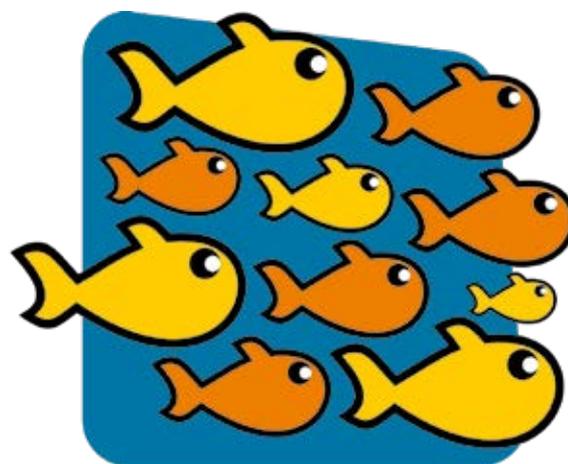
ia operacional

Promover a
conciliaçãoAprimorar a estrutura
e o funcionamento das
turmas recursais

Orçamento

Assegurar recursos
orçamentários e
priorizar sua execução
na estratégia

Em janeiro de 2010, foi aprovado o Planejamento Estratégico Institucional, definindo objetivos, projetos e ações a serem implantados até 2014. Por meio do uso de metodologias de gestão de projetos e com o empenho de magistrados e servidores, a JFRS tem superado metas e trilhado o caminho necessário ao cumprimento de sua missão e à concretização de sua visão de futuro.



Planejamento Estratégico Institucional

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL



Projeto "Padronização de Procedimentos Judiciais"



Projeto "Implantação do Sicoprev"



Projeto "Audiências por Videoconferência"



Projeto "Gestão Orçamentária"





Projeto "Desenvolvimento de Pessoas - EAD"



Projeto "Responsabilidade Social"



Projeto "Ampliação do Acesso à Justiça"



Projeto "Alocação de Pessoal"

Missão

Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva no âmbito da Justiça Federal.

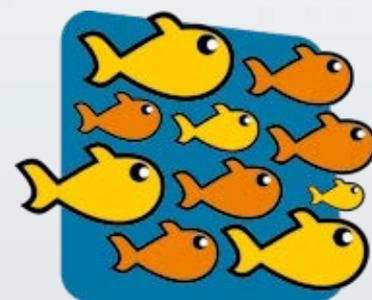
Visão

Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica.



Valores

- Ética
- Transparência
- Modernização
- Comprometimento
- Responsabilidade socioambiental
- Respeito ao ser humano
- Qualidade



Planejamento
**Estratégico
Institucional**
JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ARPA



PODER JUDICIÁRIO

40740

940740

JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA

[Empty rectangular box]

5º VOL

AÇÃO CIVEL PÚBLICA - (05 VOLUME)

NÚMERO: 9169393

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉU: UNIÃO FEDERAL E OUTROS

10ª VARA

ADVOGADO

UF → AGU

CIBRAZEM → R\$ 17.556 (94)

TRÊS PASSOS... → R\$ 2368 (360)

(FRIGORÍFICO BORELLA) → FERDIGNÃO → R\$ 21.234 (454)

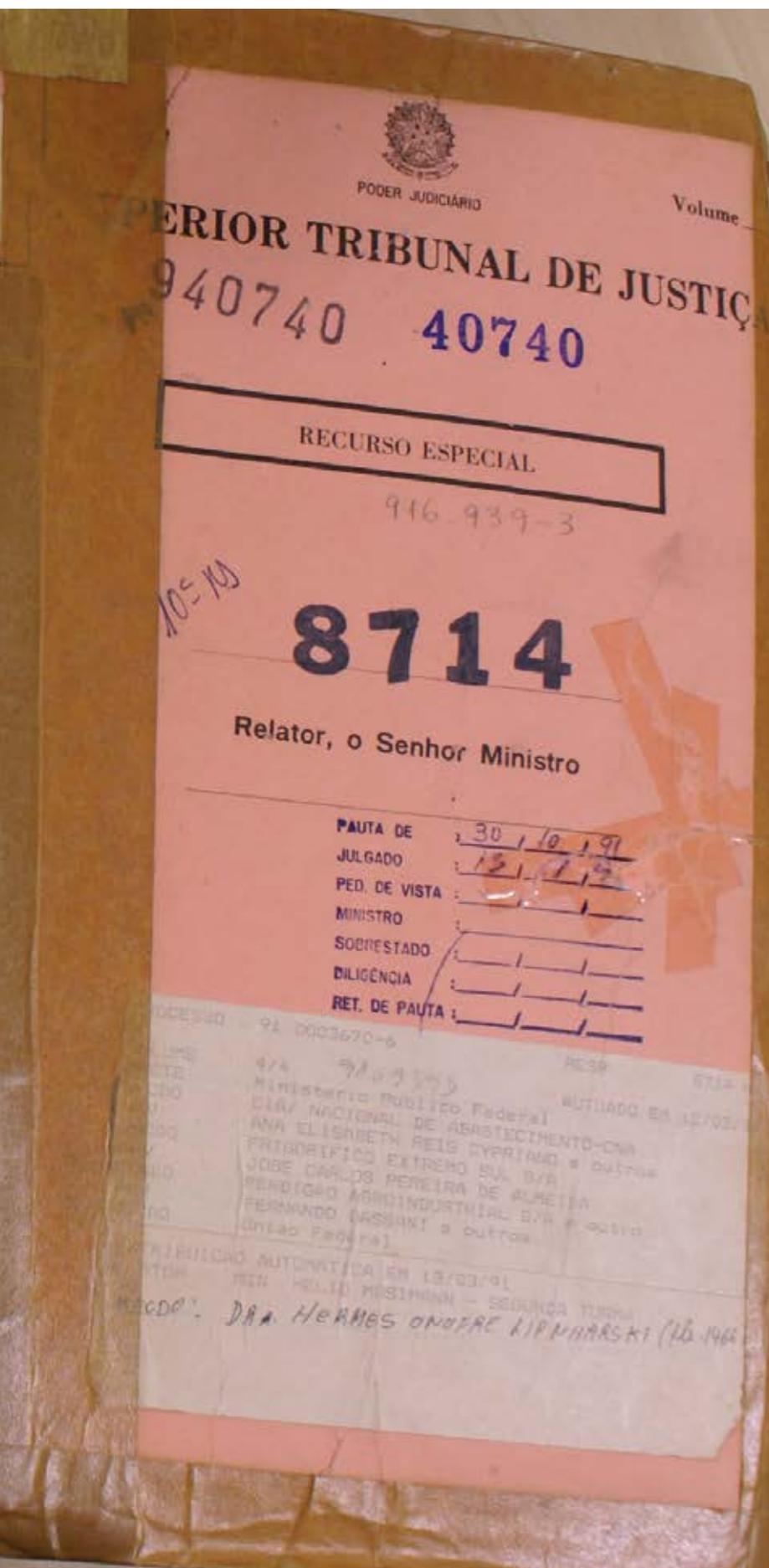
FRIGORÍFICO IDEAL → R\$ 2891 (219)

FRIGORÍFICO EXTREMO SUL → R\$ 8333 (407)

FRIGORÍFICO BORDON S/A → ?

Na data e sob o número constante da etiqueta, a petição inicial e documento(s) que a acompanha(m) foram distribuídos, registrados e autuados, nesta Seção Judiciária.

O caso da "Carne de Chernobyl": na década de 1980, a Justiça Federal do RS julgou Ação Civil Pública contra a comercialização de carne com suspeita de contaminação por radioatividade



Durante as mais de quatro décadas desde sua reinstalação, a Justiça Federal deixou de ser considerada a Justiça da União para tornar-se a Justiça dos cidadãos brasileiros. A tutela dos direitos difusos, a preocupação com o acesso facilitado aos jurisdicionados e o envolvimento em causas de interesse coletivo, como as que envolvem o direito à saúde e a proteção ao meio ambiente, são exemplos dessa nova caracterização.

Ao longo do tempo, decisões tomadas por magistrados gaúchos entraram para a história do estado e do país, refletindo e, ao mesmo tempo, provocando mudanças não apenas no âmbito jurídico, mas também nos costumes e na forma de pensar as relações sociais.



Interiorização: espalhando raízes, plantando sementes

Desde sua criação até o final dos anos 1980, a Justiça Federal só existia nas capitais dos estados. Em 1987, no entanto, essa situação começou a mudar. Com a intenção de aproximar a JF do jurisdicionado, teve início o processo de interiorização no Rio Grande do Sul. A primeira vara fora de Porto Alegre foi implantada em Rio Grande, em 16 de maio de 1987.

A partir da década de 1990, a interiorização da Justiça Federal se fortaleceu. Entre varas, juizados e unidades avançadas de atendimento, a presença da instituição já abrange 29 municípios. Há subseções judiciárias instaladas em 23 deles.





Museu Dom Diogo de Souza

Subseção Judiciária de Bagé

Criação

Lei 8.424, de 19.05.1992

Implantação

Res. 55, de 30.08.1993 (TRF)

Instalação

10.09.1993

Varas

- Vara Federal e Juizado Especial Federal

JUSTIÇA FEDERAL



Parreirais de Bento Gonçalves

Subseção Judiciária de Bento Gonçalves

Criação

Lei 9.664, de 19.06.1998

Implantação e Instalação

Res. 29, de 24.11.2000 (TRF)

Varas

- Vara do Juizado Especial Federal Cível
- Juizado Especial Criminal Adjunto
- Juizado Especial Cível Adjunto





Catedral e Château d'Eau

Subseção Judiciária de Cachoeira do Sul

Criação

Lei 10.772, de 21.11.2003

Implantação e Instalação

Res. 60, de 02.06.2005 (TRF)

Varas

- Vara Federal com Juizado Especial Federal Adjunto

JUSTIÇA FEDERAL



Praça do Avião

Subseção Judiciária de Canoas

Criação

Lei 9.664, de 19.06.1998

Implantação e Instalação

Res. 23, de 28.08.1998 (TRF)

Res. 21, de 26.04.1999 (TRF)

(art. 2º e 3º)

Varas

- Vara Federal de Execuções

Fiscais e Previdenciária

- Vara Federal e Juizado

Especial Federal Cível e

Criminal Adjunto

- Vara do Juizado Especial

Federal Previdenciário

JUSTIÇA FEDERAL



Igreja Matriz

Subseção Judiciária de Carazinho

Criação

Lei 10.772, de 21.11.2003

Implantação e Instalação

Res. 56, de 12.05.2005 (TRF)

Varas

• Vara Federal e Juizado

Especial Federal Criminal

Adjunto

• Vara do Juizado Especial

Federal Cível e Previdenciário

JUSTIÇA FEDERAL



Aldeia do Imigrante

Subseção Judiciária de Caxias do Sul

Criação

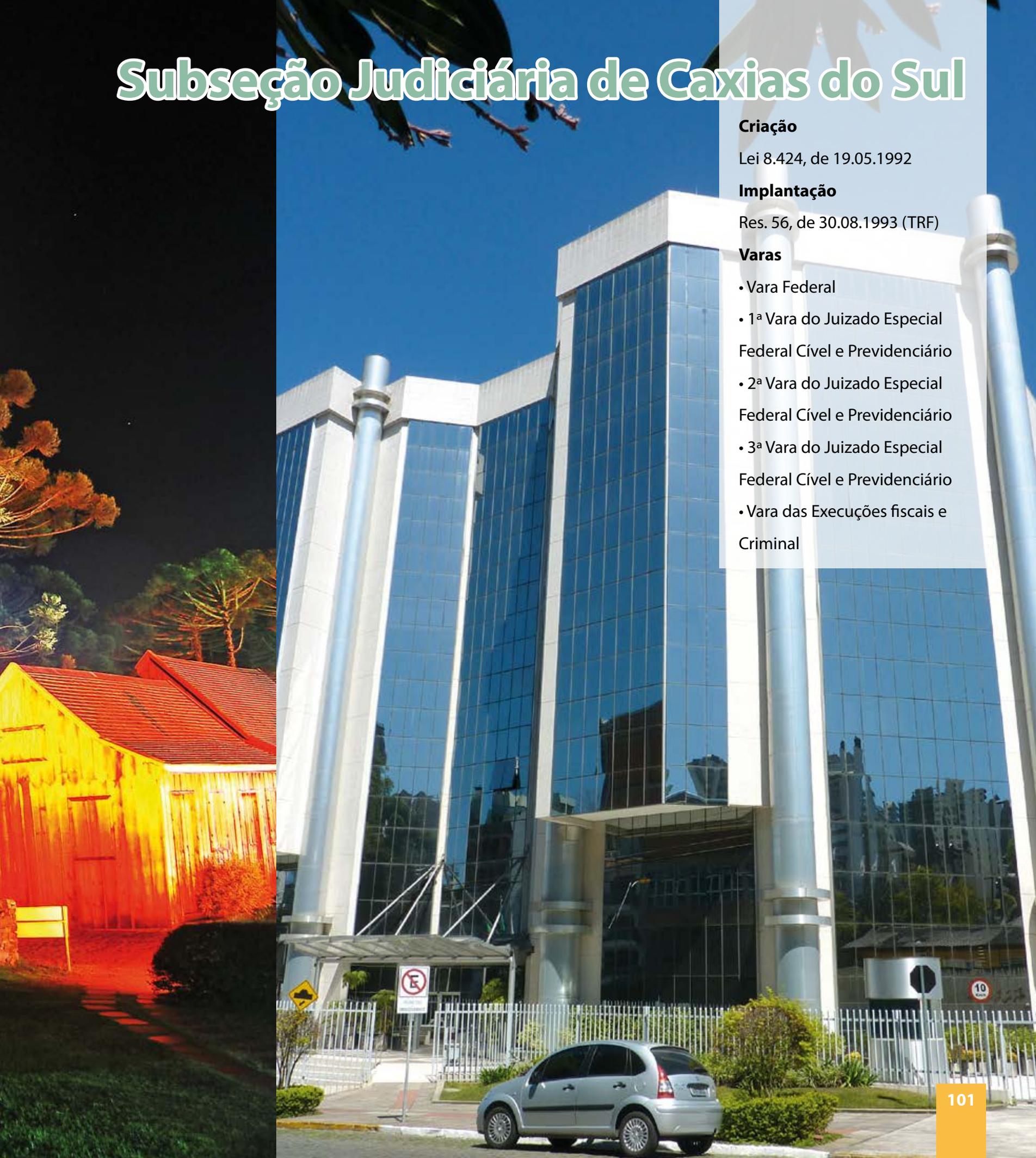
Lei 8.424, de 19.05.1992

Implantação

Res. 56, de 30.08.1993 (TRF)

Varas

- Vara Federal
- 1ª Vara do Juizado Especial Federal Cível e Previdenciário
- 2ª Vara do Juizado Especial Federal Cível e Previdenciário
- 3ª Vara do Juizado Especial Federal Cível e Previdenciário
- Vara das Execuções fiscais e Criminal





Monumento de Fátima

Subseção Judiciária de Cruz Alta

JUSTIÇA FEDERAL

Criação

Lei 10.772, de 21.11.2003

Implantação e Instalação

Res. 91, de 29.10.2004 (TRF)

Varas

- Vara Federal de Cruz Alta com Juizado Especial Federal Cível e Criminal Adjunto

333



Subseção Judiciária de Erechim

Criação

Lei 10.772, de 21.11.2003

Implantação e Instalação

Res. 53, de 10.05.2005 (TRF)

Varas

- Vara Federal de Erechim
com Juizado Especial Federal
Adjunto

JUSTIÇA FEDERAL

Subseção Judiciária de Gravataí

Criação

Lei 12.011, de 04.08.2009

Implantação e Instalação

Res. 13, de 09.03.2011 (TRF)

Varas

- Vara Federal e Juizado Especial Federal Cível de Gravataí

JUSTIÇA FEDERAL



Encontro de danças folclóricas alemãs

Subseção Judiciária de Lajeado

Criação

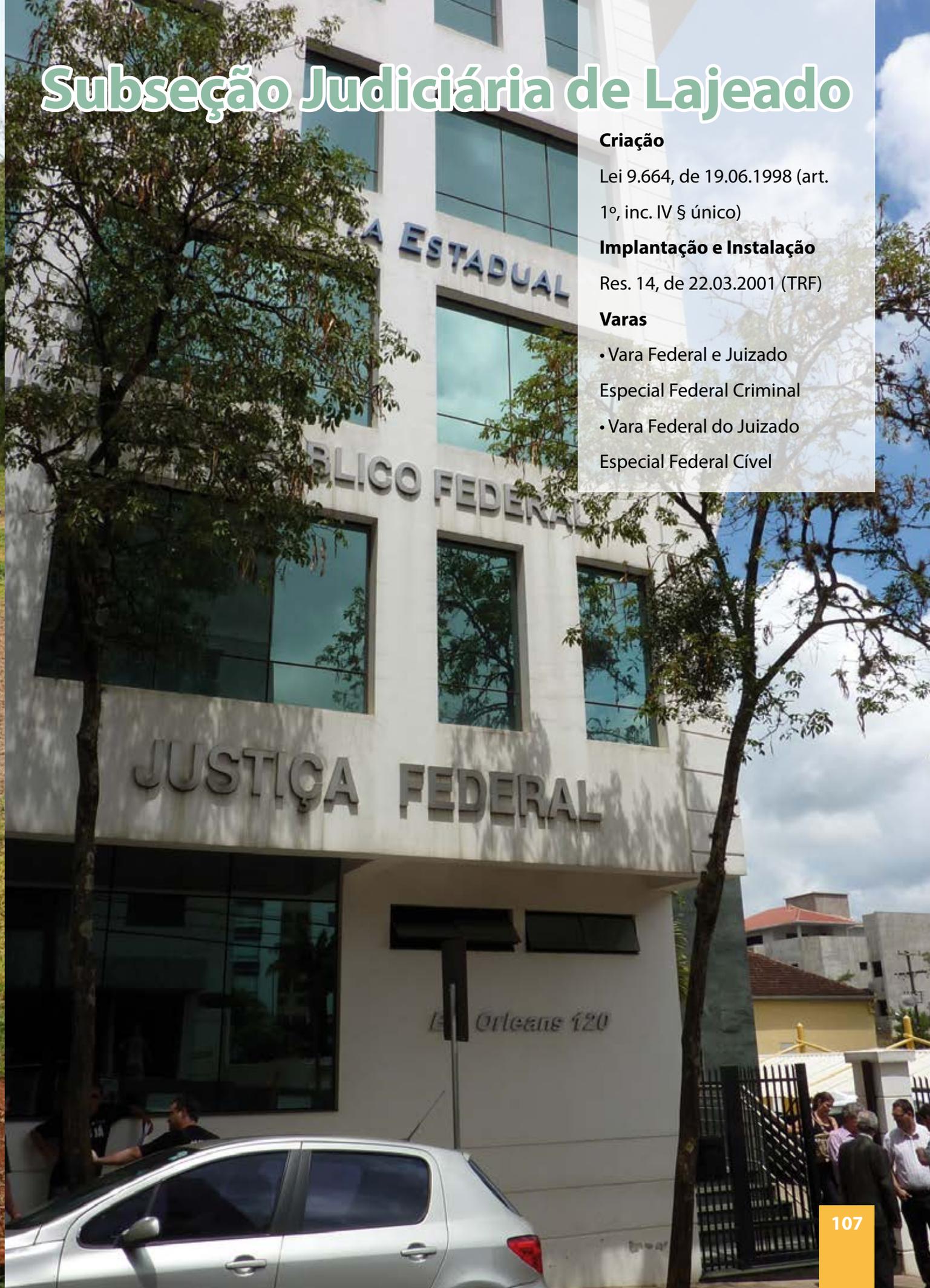
Lei 9.664, de 19.06.1998 (art. 1º, inc. IV § único)

Implantação e Instalação

Res. 14, de 22.03.2001 (TRF)

Varas

- Vara Federal e Juizado Especial Federal Criminal
- Vara Federal do Juizado Especial Federal Cível





Santuário das Mães



Subseção Judiciária de Novo Hamburgo

Criação

Lei 8.424, de 19.05.1992

Implantação

Res. 57, de 30.08.1993 (TRF)

Varas

- 1ª Vara Federal
- 2ª Vara Federal
- Vara Federal das Execuções Fiscais e Criminal com JEF Criminal Adjunto
- 1ª Vara do Juizado Especial Federal Cível
- 2ª Vara do Juizado Especial Federal Cível
- 3ª Vara do Juizado Especial Federal Cível



Subseção Judiciária de Passo Fundo



Criação

Lei 7.631, de 17.11.1987

Implantação

Prov. 353, de 18.12.1987 (CJF)

Varas

- 1ª Vara Federal e Juizado Especial Federal Cível Adjunto
- 2ª Vara Federal e Juizado Especial Federal Cível Adjunto
- Vara Federal Criminal e de Execuções Fiscais com JEF Criminal Adjunto
- Vara do Juizado Especial Federal Previdenciário



Caixa d'Água da Praça Piratinino de Almeida

Subseção Judiciária de Pelotas

Criação

Lei 9.664, de 19.06.1998

Implantação

Res. 23, de 28.08.1998 (TRF)

Instalação

Res. 53, de 29.10.1998 (TRF)

Varas

- 1ª Vara Federal com JEF

Criminal Adjunto

- 2ª Vara Federal

- Vara do Juizado Especial

Federal Cível

JUSTIÇA
FEDERAL



Igreja Nossa Senhora do Carmo

Subseção Judiciária de Rio Grande

Criação

Lei 7.583, de 06.01.1987

Implantação

Prov. 318, de 30.04.1987 (CJF)

Varas

- 1ª Vara Federal
- 2ª Vara Federal com JEF
Criminal Adjunto
- Vara do Juizado Especial
Federal Cível

JUSTIÇA FEDER



Praça Getúlio Vargas e Igreja São João Batista

Subseção Judiciária de Santa Cruz do Sul

Criação

Lei 9.664, de 19.06.1998

Implantação

Res. 23, de 28.08.1998 (TRF)

Instalação

Res. 64, de 30.11.1998 (TRF)

Varas

- Vara Federal e JEF Criminal
- Vara do Juizado Especial Federal Cível

JUSTIÇA FEDERAL

745



Área central de Santa Maria

Subseção Judiciária de Santa Maria

Criação

Lei 7.583, de 06.01.1987

Implantação

Prov. 318, de 30.04.1987 (CJF)

Varas

- Vara Federal Previdenciária e Juizado Especial Federal Previdenciário
- 1ª Vara Federal e Juizado Especial Federal Criminal
- 2ª Vara Federal
- Vara Federal das Execuções Fiscais e Juizado Especial Federal Cível





Museu Municipal de Santa Rosa

Subseção Judiciária de Santa Rosa

Criação

Lei 10.772, de 21.11.2003

Implantação e Instalação

Res. 31, de 24.05.2004 (TRF)

Varas

- Vara Federal e Juizado Especial Federal





Praça Internacional na fronteira Brasil-Uruguai

Subseção Judiciária de Santana do Livramento

Criação

Lei 8.424, de 19.05.1992

Implantação

Res. 54, de 30.08.1993 (TRF)

Varas

- Vara Federal e Juizado Especial Federal Criminal
- Vara do Juizado Especial Federal Cível

JUSTIÇA FEDERAL



Museu Ferroviário e Memorial Coluna Prestes

Subseção Judiciária de Santo Ângelo

Criação

Lei 7.583, de 06.01.1987

Implantação

Prov. 367, de 31.10.1988 (CJF)

Varas

- 1ª Vara Federal e Juizado Especial Federal Cível e Criminal
- 2ª Vara Federal e Juizado Especial Federal Cível
- Vara Federal Previdenciária e Juizado Especial Federal Previdenciário Adjunto
- Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal em Ijuí

Subseção Judiciária de Capão da Canoa

Criação

Lei 12.011, de 04.08.2009

Implantação e Instalação

Res. 12, de 03.03.2011 (TRF)

Varas

- Vara Federal e Juizado Especial Federal Adjunto



Subseção Judiciária de Santiago

Criação

Lei 10.772, de 21.11.2003

Implantação e Instalação

Res. 84, de 24.11.2006 (TRF)

Varas

- Vara Federal de Santiago e Juizado Especial Federal Adjunto
- Juizado Especial Federal Avançado de São Borja

JUSTIÇA FEDERAL



Ponte Internacional Uruguiana-Paso de los Libres

Subseção Judiciária de Uruguaiana

Criação

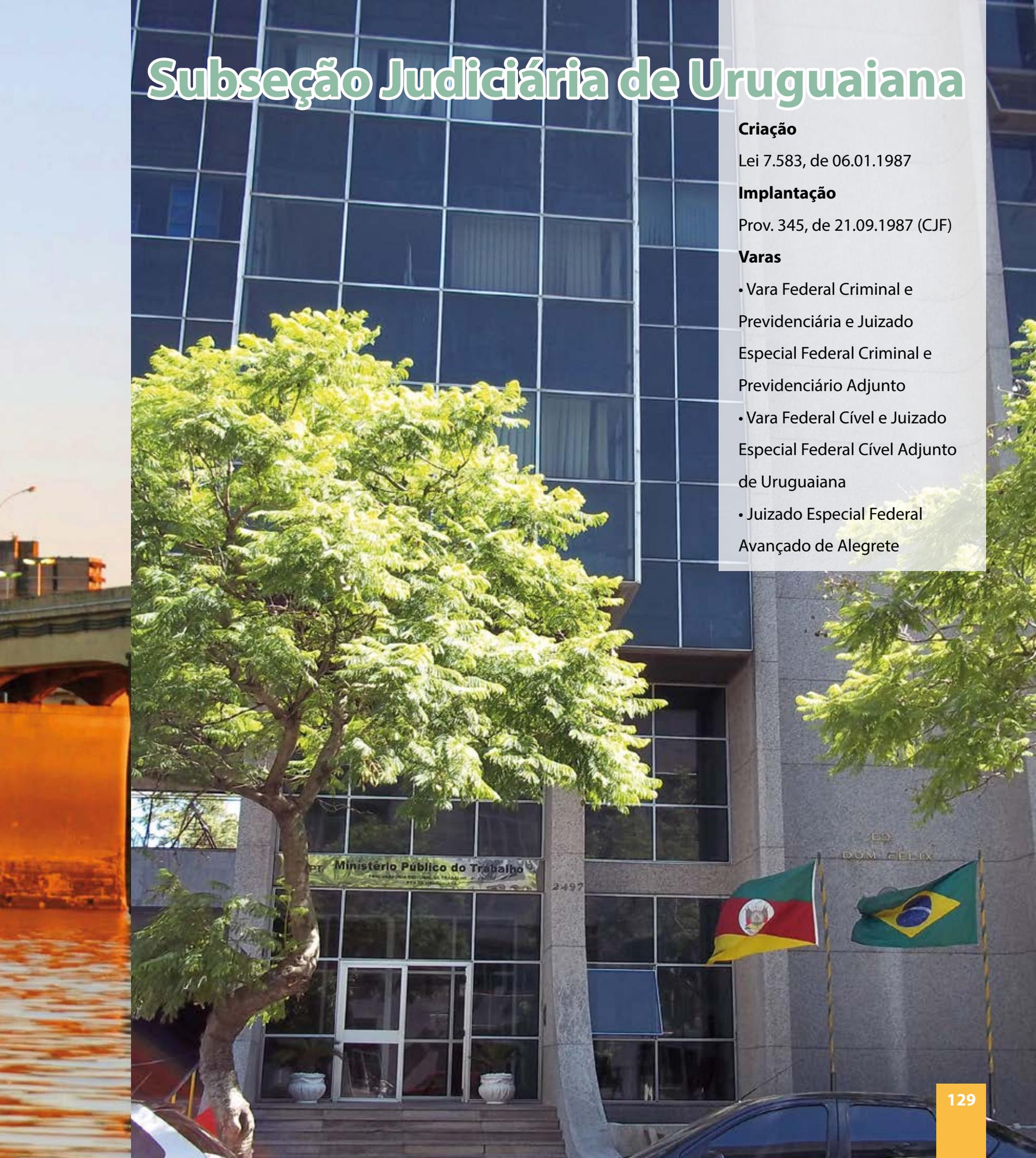
Lei 7.583, de 06.01.1987

Implantação

Prov. 345, de 21.09.1987 (CJF)

Varas

- Vara Federal Criminal e Previdenciária e Juizado Especial Federal Criminal e Previdenciário Adjunto
- Vara Federal Cível e Juizado Especial Federal Cível Adjunto de Uruguaiana
- Juizado Especial Federal Avançado de Alegrete





Pôr do Sol no Guaíba

Subseção Judiciária de Porto Alegre

Criação

Lei 5.010, de 30.05.1966

Ata Especial de Instalação da Justiça Federal de 1ª

Instância

10.10.1967

Varas

1ª Vara Federal

2ª Vara Federal

3ª Vara Federal

4ª Vara Federal

5ª Vara Federal

6ª Vara Federal

1ª Vara Federal Criminal

2ª Vara Federal Criminal

3ª Vara Federal Criminal

1ª Vara Federal Previdenciária

2ª Vara Federal Previdenciária

1ª Vara Federal das Execuções

Fiscais

2ª Vara Federal das Execuções

Fiscais

3ª Vara Federal das Execuções

Fiscais

1ª Vara Federal Tributária

2ª Vara Federal Tributária

1ª Vara do Juizado Especial

Federal Cível

2ª Vara do Juizado Especial

Federal Cível



Parque Marinha do Brasil, em Porto Alegre



1ª Vara do Juizado Especial
Federal Previdenciário
2ª Vara do Juizado Especial
Federal Previdenciário
3ª Vara do Juizado Especial
Federal Previdenciário
4ª Vara do Juizado Especial
Federal Previdenciário
5ª Vara do Juizado Especial
Federal Previdenciário
Vara Federal Ambiental, Agrária
e Residual
Vara Federal do Sistema
Financeiro da Habitação



Encenação realizada no "Palacinho" da Av. Cristóvão Colombo, em junho de 2012, narrou as memórias de Neusa Arsilda de Negri, servidora que ingressou na JFRS em 1967

Comemorações: 45 anos em um ano

O ano de 2012 foi marcado pela celebração dos feitos passados e a perspectiva de grandes realizações para o futuro. Uma série de atividades e peças comemorativas foi produzida para marcar os 45 anos de reinstalação da Justiça Federal do Rio Grande do Sul. As ações se desenrolaram em diferentes municípios, envolvendo magistrados, servidores e estagiários da instituição, entidades parceiras e comunidade em geral, além de pessoas que fizeram parte da trajetória da JFRS ao longo do tempo.



Apresentação dos corais da JF gaúcha e da JF do Rio Grande do Norte, em novembro de 2011, marcou o início das comemorações dos 45 anos de reinstalação





Adesivos comemorativos nos elevadores do prédio-sede da JFRS em Porto Alegre

100% ECOLÓGICA

ELEVADOR

2

100% ECOLÓGICA

ELEVADOR

3

Missão

Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

Visão

Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica até 2014.

Valores

- Ética;
- Respeito ao ser humano e ao meio ambiente;
- Transparência;
- Qualidade;
- Inovação;
- Respeito à cidadania.

CAIXA BRASIL

45 ANOS DA REINSTALAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL
JFRS 45 ANOS



Realização
JUSTIÇA FEDERAL
Poder Judiciário do Rio Grande do Sul





Exposição “Justiça Federal, suas Casas e Histórias Reveladas”, em junho de 2012, apresentou objetos, fotografias e processos históricos



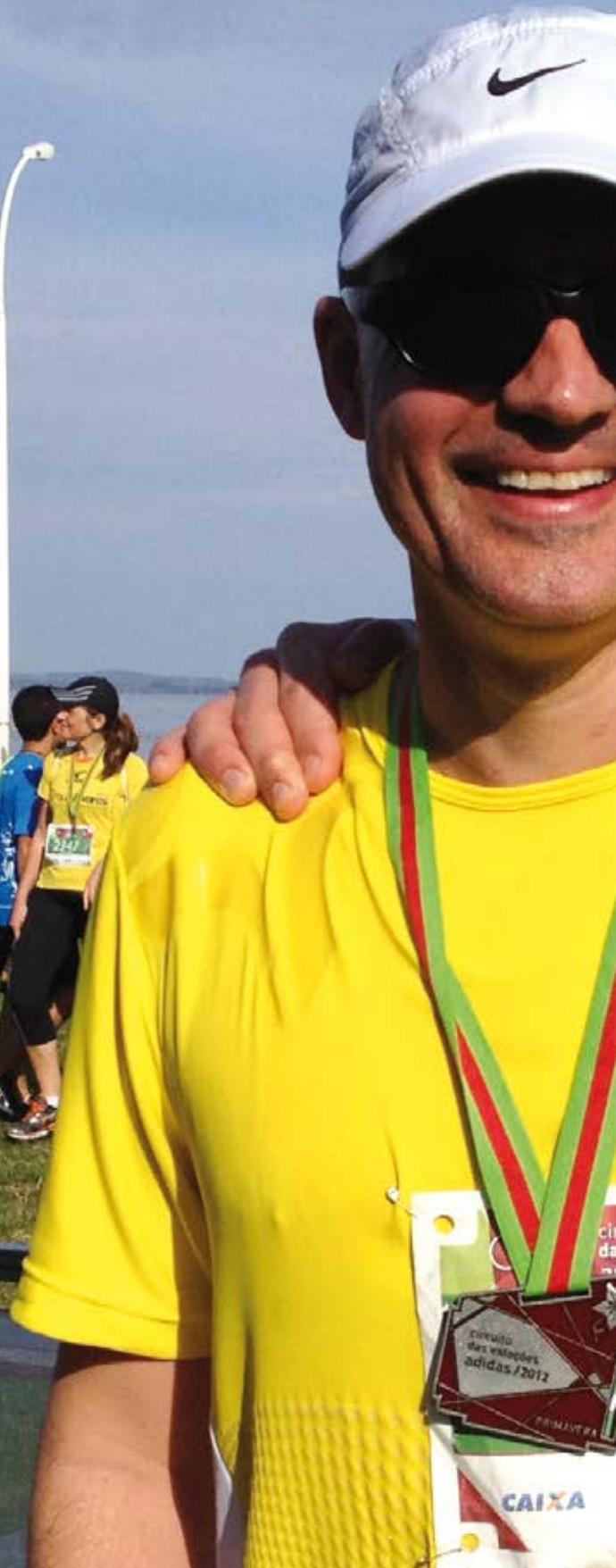




CAMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE



Palestras sobre a preservação da memória do Judiciário marcaram as comemorações dos 25 anos da JF na cidade do Rio Grande em maio de 2012



Kits de corrida para a Equipe JFRS 45 Anos





Homenagem a ex-diretores do Foro da JFRS, em março de 2012, foi marcada por entrevistas e apresentação musical





Solenidade realizada em Porto Alegre, em maio de 2012, celebrou os 45 anos de reinstalação da Justiça Federal no RS







Magistrados e servidores da JFRS participaram do atendimento no espaço montado pelo TRF da 4ª Região na 58ª Feira do Livro de Porto Alegre



Em junho de 2012, magistrados da JFRS atuaram no espaço do TRF4 na Rio+20





Em maio de 2012, equipe da JFRS participou do Dia do Voluntariado no Bairro Restinga, em Porto Alegre



Passeio ciclístico encerrou as comemorações dos 45 anos da JFRS no dia 8 de dezembro de 2012

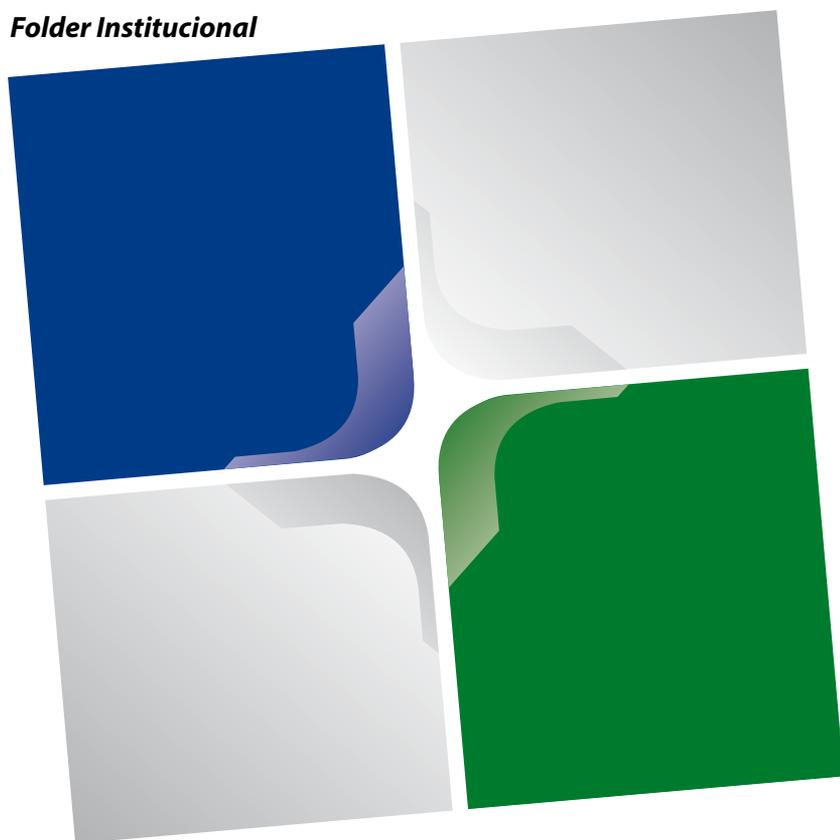
Folder do evento do Palacinho



Cartilha do Juiz Federal



Folder Institucional





1967 - 2012 | 45 ANOS DA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Em maio deste ano, comemoramos **45 anos da reinstalação da Justiça Federal no Rio Grande do Sul,**

Para celebrar essa data tão especial, vamos compartilhar um pouquinho da nossa história, a cada dia, com você. Boa leitura e boa refeição!

Diversos eventos estão programados para acontecer ao longo do ano, em homenagem aos 45 anos da recriação da Justiça Federal no RS. Acesse o site e confira.

www.45anosjfrs.gov.br

1 A Justiça Federal brasileira nasceu em 1890 e, em sua primeira fase, julgava todas as causas de interesse direto ou indireto da União. Sua jurisdição restringia-se ao primeiro grau, cabendo ao Supremo Tribunal Federal o exame dos recursos.

2 Em 1937, a Constituição outorgada pelo então presidente Getúlio Vargas extinguiu a Justiça Federal de 1º Grau. Nessa época, as ações de interesse da União passaram a ser julgadas em primeira instância pelas Justicças Estaduais.

3 No princípio, um grupo de 18 servidores ficou responsável por dar seguimento a mais de três mil ações.

4 Os processos eram distribuídos através de um sorteio entre as três varas existentes. Um saco de tecido e três bolinhas numeradas eram usados no processo.

5 A primeira sede da JFRS foi o prédio do Palacinho, também conhecido como "residência do vice-governador do Estado".

6 A recriação aconteceu em 1965, através do Ato Institucional nº 2. Em 1966, foram criados 44 cargos de juizes federais titulares e substitutos, distribuídos por todo o país.

7 Em 9 de maio de 1967, José Neri da Silveira, Hermilo Shamann Galant e João César Leitão Krieger tomaram posse e se tornaram os primeiros juizes federais do RS nessa nova fase.



FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

8 O processo de especialização das varas na JFRS iniciou em 1993. Foram criadas oito varas: uma criminal, duas de execução fiscal e cinco previdenciárias. A concentração das ações resultou em maior celeridade e qualidade nos serviços prestados.



Realização: JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Indígena do Rio Grande do Sul

Patrocínio: CAIXA BRASIL
BANKING SOLUTIONS
BOM Pagar e mais sem pagar

Apoio: AJUFERGS
Associação dos Juizes Federais do Rio Grande do Sul



Realização: JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Indígena do Rio Grande do Sul

Patrocínio: CAIXA BRASIL
BANKING SOLUTIONS
BOM Pagar e mais sem pagar

Apoio: AJUFERGS
Associação dos Juizes Federais do Rio Grande do Sul



Realização: JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Indígena do Rio Grande do Sul



Protetores de bandeja comemorativos utilizados no restaurante do prédio-sede da JFRS em maio de 2012

FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Em julho de 2003, a primeira sessão oficial de julgamento eletrônico do sistema JEF, em Rio Grande do Sul, aconteceu. Desde então, o sistema eletrônico de julgamento dos processos, conhecido como JEF, passou a ser utilizado em todos os Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul, agilizando o processo e reduzindo o tempo de tramitação dos procedimentos.

Em 2003, aconteceu a primeira sessão oficial de julgamento por videoconferência. Ainda hoje, esse tipo de tecnologia é bastante utilizado, ampliando a celeridade nos julgamentos e na tramitação processual.

O uso da tecnologia reduziu consideravelmente o tempo de tramitação dos processos. Em Caxias do Sul, por exemplo, um processo foi julgado cinco dias após o ajuizamento. Isso aconteceu em 2011.

A inauguração da Central de Atendimento ao Público (Cap), em 2006, facilitou ainda mais o atendimento ao jurisdicionado. O local concentra serviços como protocolo unificado de petições, emissões de certidões e assistência judiciária voluntária.

FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Em dezembro de 2010, ocorreram ações para a criação de áreas para a instalação do Juízo (Porto Alegre e de

O uso da conciliação como forma de solucionar conflitos ampliou-se dia a dia na JFRS. Em 2008, o ciclo de reuniões em ações de desapropriações para a ampliação da BR-101 encerrou-se com 97% de sucesso. Foram 338 audiências realizadas, com 328 acordos.



DA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Em 1999, foi deferida liminar que proibiu o fumo a bordo de aviões brasileiros independentemente do tempo de duração do voo ou local de decolagem e pouso da aeronave. A decisão impediu, de modo efetivo, a propagação de fumaça pelo ambiente em respeito à saúde de todos.

Em 1989, a Justiça Federal gaúcha proibiu a comercialização de mais de duas toneladas de carne bovina importada da França e da Itália contaminadas com elementos radioativos. O caso ficou conhecido como "Carne de Chernobyl" e teve como cerne a garantia do direito constitucional à saúde.

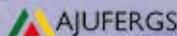
Em dezembro de 2001, foi proferida sentença obrigando o INSS a considerar a companheira ou o companheiro homossexual como dependente preferencial dos segurados da Previdência Social. Para a juíza responsável pelo processo, o tratamento diferenciado desrespeitou os princípios da dignidade da pessoa humana e do direito à igualdade.



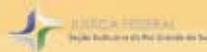
Patrocínio:



Apoio:



Realização:



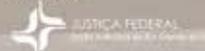
Patrocínio:



Apoio:



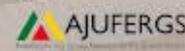
Realização:



Patrocínio:



Apoio:





JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Diretor do Foro

Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli

Vice-Diretor do Foro

Juiz Federal Guilherme Pinho Machado

Secretaria Administrativa

Carlos Dario Lopes Daudt Filho